



# XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:  
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

## XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

### GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

#### POLITICAMENTE CORRETO OU ERRONEAMENTE POLIDO?

#### *POLITICALLY CORRECT OR WRONGLY POLISHED?*

**Denise Cristina Belam Fioravanti** - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Francisco Arrais Nascimento** - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Deise Maria Antonio Sabbag** - Universidade de São Paulo (USP)

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** Objetivou-se compreender a influência do Politicamente Correto e seus impactos na organização e representação da informação e do conhecimento. O estudo de natureza bibliográfica amparado em pesquisa documental, utilizou-se da cartilha do Politicamente Correto, lançada no ano de 2005 pela Presidência da República do Brasil, como uma estratégia de guiar as representações de maneira a banir termos e expressões que historicamente foram criadas e ressignificadas como marcadores sociais da diferença, além do acervo do Jornal Folha de São Paulo sob o recorte cronológico de 1980-2019. Ao imergir no contexto da representação temática em tempos hodiernos, se pode perceber que concomitantemente com os avanços das tecnologias de informação e comunicação houve o surgimento de preocupações éticas e morais acerca da melhor maneira de organizar e representar a informação. Essas questões auferem espaço privilegiado enquanto temática emergente nos estudos na área de organização e representação da informação e do conhecimento, pois ao compreender que as percepções da realidade assim, como as peculiaridades do Politicamente Correto, em sua tentativa de representar com verossimilhança as necessidades da sociedade, contribuem não apenas para a organização e representação, mas também para recuperar a informação. Como resultado se pode vislumbrar um movimento de humanização no tratamento social onde disfunções linguísticas foram identificadas na aplicação exacerbada do mesmo em determinados contextos como é o caso de extratos marginalizados da sociedade.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento; ética; direitos humanos.

**Abstract:** The objective was to understand the influence of Politically Correct and its impacts on the organization and representation of information and knowledge. The bibliographical study, supported by documental research, used the booklet of Politically Correct, launched in 2005 by the Presidency of the Republic of Brazil, as a strategy to guide representations to banish terms and expressions that were historically created and re-signified as social markers of difference, in addition to the collection of the Folha de São Paulo newspaper under the chronological cut of 1980-2019. By immersing themselves in the context of thematic representation in modern times, concomitantly with the advances in information and communication technologies, there was the emergence of ethical and moral concerns about the best way to organize and represent information. These issues gain privileged space as an emerging theme in studies in organization and representation of information and knowledge, because by understanding that perceptions of reality, as well as the peculiarities of Politically Correct, in its

attempt to represent the needs of society with verisimilitude, contribute not only to the organization and representation, but also to the retrieval of information. As a result, it is possible to glimpse a movement of humanization in social treatment where linguistic dysfunctions were identified in the exacerbated application of it in certain contexts such as the case of marginalized strata of society.

**Keywords:** Knowledge Organization; ethics; human rights.

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias observado nas últimas décadas tem modificado de forma profunda e irreversível as relações estabelecidas entre o sujeito e meio em que está inserido. Dentre essas mudanças tecnológicas, as ocorridas no campo das tecnologias da informação e comunicação atuam de forma contundente sobre as bases sociais, econômicas e culturais que alicerçam a sociedade. Nesta nova realidade, existe um maior relevo com a preocupação com a maneira de pensar, bem como a maneira de expor ideias devido à facilidade de difusão e amplo acesso às tecnologias e suportes.

Nesse interim, comportamentos anteriormente tidos como normais, e muitas vezes banais, em tempos hodiernos, em função do acesso rápido à informação, e sob os olhares que a mídia impressa e falada mostra, tais comportamentos têm sido submetido a um maior escrutínio por parte da ética, fazendo emergir na sociedade uma nova maneira de pensar e agir balizado por padrões éticos e moralmente aceitos, compreendido como “Politicamente Correto”. Essa nova maneira tem sua tradução na linguagem, especificamente na terminologia tratando de forma geral a preocupação em respeitar normas e comportamento, adotando políticas e linguagens éticas e menos preconceituosas.

O termo “Politicamente Correto” surge como um termo carregado de ideias e cheio de “boas intenções”. Esse processo começa a ganhar forças no final dos anos 1980<sup>1</sup> e vem alçando espaço conforme os movimentos sociais auferem espaço na mídia fazendo com que questões ético-raciais, gênero e de direitos humanos são trazidas para realidade social (CABRAL, 2013).

Nesse contexto, no ano de 2005 a secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil lançou a cartilha do Politicamente Correto (BRASIL, 2005)<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> Os jornais brasileiros começaram a adotar manuais de redação a partir dos anos 1980.

<sup>2</sup> A cartilha do Politicamente Correto foi retirada de circulação quase um ano depois de ter sido lançada. Dentre tantos escritores João Ubaldo Ribeiro em seu artigo semanal no jornal O Globo, sobre a publicação da cartilha, que traz palavras, expressões e piadas condenáveis por seus conteúdos preconceituosos. Críticas e mais críticas encheram as páginas dos jornais. Autoritarismo, inabilidade e até “falta do que fazer” foram algumas das alfinetadas que opositores ferrenhos da

escrita como um manual com 96 verbetes, organizados em ordem alfabética com palavras e expressões carregadas de preconceitos e discriminação contra diversos grupos sociais.

Nesse interim, a representação e organização da informação e do conhecimento está muitas vezes impregnada de termos que dissimulam a percepção da realidade para provocar uma determinada reação retórica nos usuários, como por exemplo metáforas e ortofemismos (MILANI; PINHO, 2012; PINHO; MILANI, 2013), e principalmente em temáticas sensíveis como a representação de grupos sociais tradicionalmente marginalizados (CAMPBELL *et al.*, 2017; GUIMARÃES *et al.*, 2017).

Pensando nos valores éticos que cercam a linguagem de indexação, e no direito dos usuários de ter acesso à informação, profissionais precisam estar pautados na ética para assegurar a indexação correta de documentos. Para Guimarães *et al.* (2008, p. 99) “[...] a denominada ética profissional atém-se aos valores e ações que visam a um agir profissional correto e adequado para com a sociedade em que o profissional se insere, aspectos esses que, não raras vezes, podem entrar em conflito com valores pessoais”. Esses valores ainda passam por divergências que podem existir dentro das organizações, da comunidade e do profissional.

Sendo “Politicamente Correto” um tema provocador de muitos debates, e que vem acompanhado de uma tendência aplicada em várias áreas, com intenção de combater a discriminação, vemos como pertinente estudar essa temática que conta com pouca definição para entender esse processo de construção da informação que hoje atinge vários grupos com pouca representação social, a fim de procurar terminologias apropriadas. Cipriano (2004)<sup>3</sup> afirma que “Se queremos ser respeitados, devemos respeitar. No mínimo, para cumprir o princípio de que todos os homens e mulheres são iguais, independentemente de origem, cor, sexo, orientação sexual, condição social e econômica, credo religioso, filiação filosófica ou política”.

Apesar da cartilha ser criticada e ter sido retirada de circulação, nota-se claramente que pela primeira vez houve uma tentativa de sistematização de questões problemáticas, mesmo com toda reação contrária; por meio dela, percebemos uma maior preocupação no modo de

---

publicação deram no governo. Alguns estudiosos chegaram a comparar a ideia à censura da ditadura hetero civil militar ocorrida no Brasil no período de 1964-1985.

<sup>3</sup> Perly Cipriano Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (2003-2010) na apresentação da cartilha, “Politicamente Correto e Direitos Humanos” como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de “os preconceitos nossos de cada dia”.

expor uma linguagem mais ética e, ao mesmo tempo, com ressignificação e históricas importantes e necessárias.

Compreende-se que o Brasil é uma nação multicultural, em contrapartida, ainda existem vários grupos, com pouca ou sem nenhuma representação social apesar de serem compostos por estratos sociais densos populacionalmente. Para Ferreira (2012, p. 2) “[...] o segmento afro-brasileiro no Brasil corresponde a um número expressivo da população, mas é considerado um grupo minoritário, o que leva a distorção da realidade brasileira”. Se pensarmos que um brasileiro afrodescendente é negro e um africano preto, por não ser descendente de escravos, encontramos um problema terminológico, pois negro e preto são sinônimos na língua corrente. Neste sentido, autores como (JEWELL, 1985; GRANT; ORR, 1996) tem sugerido que esta última mudança reflète um afastamento da ênfase na raça em favor da cultura ou etnia. Já no Brasil o termo usado é negro. Há quem acredite que negro seja uma forma pejorativa de nomeação, pois, o termo negro muitas vezes é associado a algo que deu errado ou que não seja bom, como humor negro, lista negra, mercado negro. Com a intensão de criar uma positividade associada ao termo negro os mais “Politicamente Corretos” usam afrodescendente.

Devido à complexidade desse tema, se pode perceber que, é necessário um aprofundamento nos estudos de maior alcance e profundidade acerca da Ética na organização e representação da informação do conhecimento. Esse estudo é importante como uma maneira de evitar tendenciosidade na representação da informação e do conhecimento. Na sociedade brasileira o uso de termos adequados, êmicos e/ou pertinentes para determinados grupos muitas vezes é grande causador de conflitos. Segundo Pinho (2010, p. 41) “Frequentemente os sistemas de classificação de orientação mais pragmática, baseiam-se em uma visão filosófica do conhecimento, e essa visão reflète uma posição político-cultural balizada pelo espaço e pelo tempo”.

Partindo do pressuposto que a indexação de um documento para pesquisa, dentro de um ambiente de informação, deva ser realizado de forma clara para melhor representação da informação e do conhecimento e de forma ética, buscando o bem fazer e bem atuar que levam ao conjunto de escolhas certas, fundamentais e o comprometimento necessário para o exercício responsável da profissão, e que, ao usar termos de indexação, eles não venham carregados de nenhum tipo de preconceito, que maneira deve ocorrer a indexação do documento quando termos que podem causar problemas de interpretações forem encontrados?

Ribeiro (2000 apud SCABIN 2016a, p. 147) refere-se ao Politicamente Correto como “[...] uma doutrina, que nasceu nos Estados Unidos, desenvolveu-se em meios intelectuais que defendem as minorias e tem, por base, a ideia de que é incorreto ou ‘condenável’ o uso de termos que conotem preconceitos”.

Para Fiorin (2008) o termo Politicamente Correto aparece como expressão de uma visibilidade adquirida, revelando a força de grupos e minorias sociais que outrora foram discriminadas, ridicularizadas e desconsideradas.

Embora a linguagem politicamente correta seja invenção norte-americana, expressões eufêmicas, com termos mais suaves, são usadas constantemente para evitar teores indelicados ou grosseiros, segundo afirma Aldo Bizzochi (2008, s.p.)

[...] ao darmos nomes bonitos a coisas feias, elas nos parecerão menos feias”. Assim, "recessão" passa a "crescimento econômico negativo", "morte" vira "cessação das atividades vitais" e "morrer" é "ir a óbito". "Favela" se torna "comunidade carente" e "pobreza", "exclusão social", por exemplo.

Nas palavras de Soares (1998, p. 221), o Politicamente Correto seria um “[...] nome vago e controverso de um processo aberto, em construção, tenso e incerto, que funciona como uma gravitação sociológica, impelindo os indivíduos a constantes negociações e renegociações de sentidos e valores. É apenas o reavivamento do debate ético-político”.

Dessa forma, o termo “Politicamente Correto” é cercado de multiplicidade pois convoca o emprego de discursos mais adequados protegendo valores e direitos, no entanto, em alguns casos, quando aplicado na restrição de conceitos, é considerado uma maneira de censura. Ao mesmo tempo que se analisou o “Politicamente Correto” como uma real preocupação de nomear adequadamente determinados segmentos ele também é visto como uma forma de censura, uma forma de burlar a liberdade de expressão. Possenti (1995, p. 126) acredita que “diversos campos de manifestação cultural certamente tenderiam a ser afetados por um comportamento Politicamente Correto”. Para ele, o movimento Politicamente Correto pode desenvolver uma forma de censura, ocasionando o fim da liberdade de expressão.

É necessário compreender que o mecanismo da censura, imposta em diversos momentos à sociedade contemporânea, em particular à ocidental, está centrada no controle da comunicação. Tal forma de controle, foi colocado para a sociedade como um símbolo de poder imposto pelo Estado. Acerca disso, Orlandi (1999, p. 67) coloca que toda informação (em sua forma documental), que passou pelas mãos da censura, deixou vestígios por meio de “[...]”

discursos em suspenso e in-significados”, o que denota uma grassa ligação com “[...] o saber discursivo, com a memória do dizer”, colocando de forma inequívoca suas divisas.

Com a publicação em 2004 da cartilha intitulada “Politicamente Correto e os Direitos Humanos” pela secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, muito se discutiu a censura. De acordo com Fiorin (2008, p. 1) “essa publicação causou muita controvérsia e levou o governo a recolhê-la. Muitos intelectuais proeminentes acusaram o governo de estar instaurando a censura [...]”. Fiorin (2008, p. 1) ainda afirma que “chegaram a afirmar que poderíamos ser presos, se disséssemos alguma coisa que contrariasse as normas linguísticas governamentais. Bradavam que se pretendia engessar a língua, impedindo o seu desenvolvimento”.

A partir de diferentes visões entre censura, e uma tendência de liberdade de expressão, no momento da indexação os termos devem obedecer a padrões éticos e morais determinados pela sociedade que o indivíduo está inserido; a atuação do profissional bibliotecário busca promover esses valores que passam por vários setores de atuação profissional.

O livro “*The power to name*”, escrito por Olson (2002), mostra o poder do profissional durante o processo de indexação e representação, sendo que para a autora existe uma preferência dos indexadores na escolha do conceito que será utilizado para indexar documentos, não havendo neutralidade, pois é uma atividade realizada em determinado contexto social, essa escolha a autora denominou de poder de rotular ou nomear.

No ambiente de trabalho, a ciência de que o fazer profissional é pautado pela união de diretrizes éticas no trabalho com os padrões éticos que o indivíduo carrega, pode tornar-se em determinados momentos uma relação conflituosa a depender dos padrões morais e crenças que o sujeito carrega em si. De acordo com Guimarães e companheiros (2008, p. 144) houve um grande aumento da literatura em relação aos aspectos éticos no exercício da profissão; esse crescimento acontece devido ao impacto das tecnologias de informação e comunicação e ao aumento da presença de usuários cada vez mais exigentes. Esse crescimento aumentou significativamente estudos sobre o perfil do profissional da informação, principalmente a sua atuação profissional.

Shera (1977) problematiza a organização da informação pela mente humana, descrevendo que este processo se dá por meio de metáforas e da maravilhosa possibilidade de simbolizar este percurso. Neste sentido, tanto individual quanto coletivamente, a informação se coloca como insumo essencial no desenvolvimento social, fomentando a necessidade de

realimentação constante de inovações. Para tanto, a linguagem se coloca como o meio principal de representação para “[...] a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável e porque é o instrumento através do qual o conhecimento é comunicado.” (SHERA, 1977, p. 10). Colaborando com pensamento exposto por Shera (1977), Cintra (1983, p. 7) coloca que “[...] a linguagem documentária é, pois, linguagem, exatamente porque concretiza a capacidade simbólica do homem, através da organização de seus termos e regras em sistema próprio.”

A representação de um documento está presente no processo de indexação, de acordo com Fujita (2013, p. 43),

[...] esse processo é composto por dois momentos: na análise de assunto quando se realiza a identificação e seleção de conceitos mediante representação por conceitos universais tais como a ação, o objeto que sofreu a ação, o agente que praticou a ação e etc., bem como na tradução, etapa na qual os termos serão traduzidos para os termos de uma linguagem documental que contabilizara tanto os termos indexados quanto os termos que identifiquem as necessidades dos usuários.

Segundo Valle (1987), a escolha de uma linguagem de indexação é um fator de grande importância para eficácia de um sistema de recuperação da informação, portanto tal escolha deve levar em consideração os objetivos do sistema, o tipo de usuário e a abrangência ou a especificidade do assunto a ser tratado. Neste sentido, os trabalhos de Cabrera (2012), Guimarães e Pinho (2006) e Neves (2012), no que tange ao processo de representação temática da informação (antes de ser um trabalho técnico, é um processo intelectual), apontam para a necessidade do compromisso ético e responsável pois tal ação impacta diretamente o que a sociedade possa recuperar por meio dos instrumentos de recuperação da informação e na forma como esta informação refletirá na construção de novos conhecimentos. Tal atitude é importante a fim de se evitar a reprodução de valores carregados de conflitos tendenciosos e preconceituosos. Para alcançar um nível de qualidade superior no processo de representação da informação, segundo Capurro (2002), é preciso que o profissional adote níveis de “responsabilidade ética”, agregando usuários, instituições e a sociedade.

Para que possa ser representada de forma clara e de fácil acesso temos que verificar a relação entre a linguagem de indexação, aquela que deve ser usada no momento da indexação e a linguagem mais popular, aquela utilizada pelo usuário. Para Pinho (2017), tal diferenciação é importante, a fim de se evitem termos “metafóricos ou figuras de linguagem”, o que poderia recair em polissemia. Além disso, deve ser compromisso do profissional da informação, fazer com que os diversos atores sociais se sintam representados com ética, justiça e dignidade.

Diante disso, objetivou-se compreender a influência do Politicamente Correto e seus impactos na organização e representação da informação e do conhecimento.

## **2 METODOLOGIA**

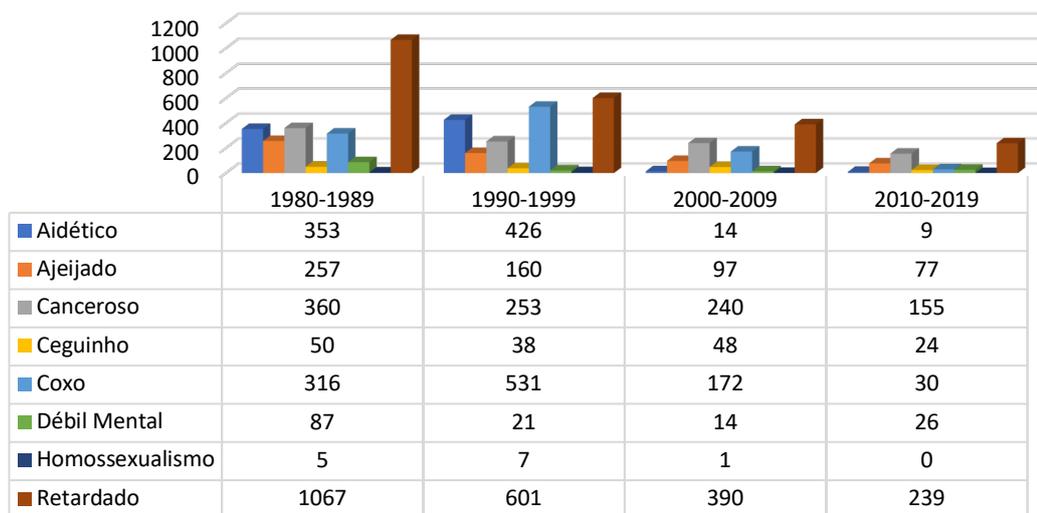
Trata-se de uma pesquisa exploratória ancorada em uma análise documental onde foi necessária uma revisão teórica sobre os temas Politicamente Correto, além da ética na representação da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação, de forma a compreender se a área apresenta material suficiente para um embasamento teórico acerca da temática.

Em um segundo momento, analisou-se os termos elencados na cartilha do politicamente correto de forma a identificar possíveis microestruturas (PINTO MOLINA, 1992, p. 49) que servissem enquanto descritores de busca para uma possível identificação de representações inconsistentes, inverossimilhantes e de natureza preconceituosa ou de sentido dúbio. Assim, em um terceiro momento realizou-se uma seleção de termos (microestruturas) da cartilha que não apresentassem ambiguidade, exemplo: louco de amor. Neste sentido, oito termos formam eleitos, a saber: Aidético; Aleijado; Canceroso; Ceguinho; Coxo; Débil Mental; Homossexualismo; Retardado.

Em um quarto momento utilizou-se os termos eleitos para uma busca no acervo do jornal Folha de São Paulo. Utilizou-se como filtro “todo o jornal” e como recorte temporal os anos de 1980-2019. O resultado do que foi recuperado pode ser observado no Gráfico 1.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao voltar-se para os resultados numéricos dos 08 termos utilizados como descritores de busca na pesquisa do jornal Folha de São Paulo, tendo como recorte cronológico o período de 1980 até 2019.

**Gráfico 1 - Evolução dos termos que servem de amostra no Jornal Folha de São Paulo no período de 1980-2019**

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Valle (2002, p. 185), reafirma a linha de pensamento Foucaultina, onde o poder não é proibitivo, mas sim produtivo. Em função disso,

Ser um aidético veio sugerir, portanto, uma identidade abrangente que definia e agregava pessoas das mais diversas trajetórias e experiências sociais, culturais e subjetivas [...] todos eram subentendidos por meio de uma identidade comum, que era mais caracterizada pelo estigma da doença e sempre sobre o signo da morte.

Segundo o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), criado em 1996 para combater a epidemia Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a linguagem molda crenças e pode influenciar comportamento. Para o UNAIDS a utilização pautada em diretrizes terminológicas de linguagem própria, tem o poder de aumentar os resultados contra a epidemia. Sendo assim, criou instruções de uso para um vocabulário controlado para serem utilizados por seus funcionários, por colegas das organizações copatrocinadoras do Programa Conjunto, bem como por outros parceiros que atuam na resposta global ao HIV. Este documento pode ser usado como guia para imprensa, estudantes, empresas e por pessoas que trabalham ou se interessam pelo assunto.

Para o termo Aidético a UNAIDS recomenda; “Jamais utilize este termo. Além de incorreto, é estigmatizante e ofensivo. Prefira ‘pessoa vivendo com HIV’, pessoa soropositiva, HIV positiva ou positiva”. Grandes colaborações o UNAIDS, fez para desmotivar o uso de termos carregados de preconceitos. Exemplo disso, foi a redução em 97,45 % do uso do termo aidético, entre os anos de 1980 e o final do ano 2019, nos jornais da Folha de São Paulo, não se pode

afirmar que a diminuição do uso do termo foi exclusivamente pelo acesso ao Guia terminológico, no entanto, ações como a criação de material de orientação ao tratamento e representação de determinados estratos sociais auxiliaram na dinâmica social.

O termo *aidético*, assim como *canceroso* torna o sujeito identificável a partir de sua condição ou patologia, deixando em segundo plano a condição humana que não pode ser alienável segundo a própria constituição de 1988. O *Canceroso*, termo empregado de forma grosseira, indelicada, usada para estigmatizar o portador de câncer, nome genérico de diversas doenças caracterizadas pela proliferação incontrolável das células. Digno é chamá-lo de “portador de câncer” ou “doente de câncer”. Em tempos hodiernos, nos glossários da área de medicina, o termo *canceroso* foi abolido. No entanto, o que explicaria o alto índice de ocorrências do termo nas notícias da Folha em relação aos outros termos? O que se pode observar é que parte dos termos recuperados estavam relacionados a células cancerosas, tumor não canceroso, tecido canceroso, pólipo pré-canceroso e não a sujeitos acometidos por canceres de alguma natureza. A polissemia explica o alto nível de repetição, para *canceroso* houve uma redução de apenas 56,94%. Tal situação não nos impediu de relatar notícias grosseiras e preconceituosas.

Termos como: *inválido*, *aleijado*, *ceguinho*, *surdinho*, *doente mental*, *débil mental*, *coxo*, *retardado* e muitos outros tratados de forma depreciativa, muito usados na década de 1980, tiveram proposta de mudança em março de 1981, quando estados e municípios se reuniram para o “I Encontro das Comissões Estaduais/ Territoriais do Ano Internacional das “Pessoas Deficientes”. “Pessoas Deficientes” foi a expressão adotada para representação na época, mas logo foi substituída por “Pessoa portadora de deficiência”.

Na década de 1990 insurgem diversos termos para qualificar pessoas com deficiência, passaram a ser revistos e a representação, por carregar um conceito de limitação, foi substituída por “Pessoa portadora de deficiência” e posteriormente por “pessoa com deficiência”<sup>4</sup>, que se conserva até os dias de hoje. Acredita-se que a redução de 52% não tão significativa, mas importante no desuso do termo *ceguinho*; nos jornais da Folha de São Paulo, levando em consideração o começo do ano 1980 e o final do ano 2019, teve início em 2015 quando começou a vigorar a Lei nº 13,146 de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

---

<sup>4</sup> Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), “[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva com as demais pessoas”.

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que de acordo com o Art. 4º “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015).

Para a Secretaria Especial de Comunicação Social<sup>5</sup> (SECOM) do Senado Federal, em seu manual de comunicação, redação e linguagem inclusiva o termo deficiente só deve ser usado em último caso, como recurso aleatório para evitar repetição no texto, “Jamais use termos pejorativos, como aleijado, incapacitado, invalido”. Termos como Coxo, tiveram uma queda mais significativa, no período de 01/01/1980 a 31/12/2019 a queda foi de 90% no acervo do jornal Folha de São Paulo. Para os outros termos: Aleijado, 70%; Ceguinho, 52%; Débil mental, 70% e 77,6% no termo retardado, o que revela uma mudança considerável no trato acerca desses estratos sociais, auferindo a esses sujeitos a humanidade que em muitos aspectos foi negligenciada em detrimento de suas condições, patologias ou deficiências.

O termo homossexualismo desaparece, não tendo nenhuma nota ou texto recuperado que utilize o termo. Tal fato faz com que se compreenda que o movimento que regula e/ou estimula uma comunicação norteada pelo Politicamente Correto não foge os dispositivos de controle social que dominam as relações em meio a sociedade. Apresentando e arraigando-se em proselitismo e pseudoaceitações em relação ao tratamento do diferente, tido como diferente, anormal, marginal ou mesmo abjeto. Nesse caso em específico, no início da década de 1990 a Organização Mundial de Saúde remove a homossexualidade da lista de patologias que podem acometer os sujeitos. No entanto, a epidemia da AIDS em seus anos iniciais e ainda hoje é atrelada a grupos de risco, depois ao comportamento de risco e somente então se compreendeu que todos os sujeitos sexualmente ativos podem ser acometidos por essa Infecção Sexualmente Transmissível (IST) desde que se exponha. Com isso, se pode compreender que ao ser apontada como um dos grupos de risco na década de 1980 e depois como um comportamento de risco nas décadas de 1990 e 2000, as homossexualidades foram estigmatizadas de forma a serem atreladas não a uma condição patológica, mas a um estigma social.

Tais marcadores da diferença atuam como marcadores sociais, delimitando as fronteiras entre o sujeito aceito socialmente e construído pelos discursos hegemônicos que regulam,

---

<sup>5</sup> Manual de Comunicação do Senado Federal, informação cidadã com responsabilidade social, busca o direito do cidadão à informação clara, correta e isenta, buscando uma sociedade mais justa, harmônica e ambientalmente equilibrada.

normatizam, instauram normas e produzem “verdades” e, assim, prevalecem e são perpetuados que permeiam a sociedade e constroem não apenas os sujeitos, mas a diferença em sua condição abjeta e/ou marginal.

A abjeção citada anteriormente como uma construção social, surge em meio a essa discussão por ser algo de si próprio pelo qual alguém sente horror ou repulsa, como se fosse sujo ou impuro, a ponto do contato com isso ser temido como contaminador. A forma como a abjeção opera na constituição de subjetividades diz respeito a maneira como muitas pessoas são levadas a compreender a si mesmas como impuras e poluidoras.

Judith Butler em entrevista concedida a Prins e Meijer (2002) reconhece a contradição que existe entre o “não ser” presente na definição do “ser abjeto”, e a sua própria existência como ser “materializável” por um discurso de exclusão. Butler (2002), incita a pensar que a configuração do modelo normativo exigido pela sociedade deixa de lado particularidades que escapam à classificação de normalidade. Fazendo com que se perceba os limites existentes, tanto materiais como discursivos.

Para Scabin (2016b), nomear coisas, pessoas e eventos e para além disso, renomear determinados signos linguísticos, por outros termos que denote à sociedade serem mais “corretos”, independente do ponto de vista do discurso não é algo novo, mas recorrente na história.

Desta forma, é evidente a mensagem expressa por tais atos: favorecer, reforçar ou evidenciar uma determinada visão ideológica e, assim, demarcar uma visão política das coisas e dos fatos. Para a autora, as demandas ao redor do “Politicamente Correto” em espaços públicos “[...] defendem justamente a construção de uma sociedade baseada em novos princípios sociais – não mais os do nacionalismo e da república, cuja afirmação não mais configura matéria urgente; mas sim, ideais de cidadania e dos direitos humanos” (SCABIN, 2016b, p. 2).

Com relação a censura, no caso do Brasil, isso vem muito antes dos dispositivos impetrados durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tais atos provem desde o período colonial. Para Costa (2016, p. 2), a censura “desenvolveu-se às vezes como ação policial, outras através de órgãos destinados a promover a cultura e as artes, e até por meio de leis destinadas a “proteger” a sociedade de ideias subversivas ou perniciosas, mantendo a ordem e a paz social”. Segundo Foucault (1975), há uma estreita relação entre “poder e saber”, tendo em vista que o saber se constitui como instrumento de “poder”.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das análises se pode compreender que a sociedade em tempos hodiernos vem sendo alcançada por movimentos sociais de humanização de determinados extratos sociais antes marginalizados e que a Ciência da informação procura em sua interdisciplinaridade estudar dados informacionais gerados em todo esse contexto social.

Ressalta-se que a condição na qual a própria sociedade alocou tais sujeitos e extratos sociais, não foi modificada de forma profunda, no entanto auferiram espaços no âmbito das discussões sociais, neste contexto a organização da informação e do conhecimento entra como facilitador à informação produzida e representada socialmente ao longo do tempo, trazendo para os dias atuais Informações que retrataram de forma hostil grupos antes marginalizados.

Acertadamente tais discussões e mobilizações relacionadas ao nomear, fazem com que houvesse uma significativa diminuição de termos preconceituosos nas mídias sociais, na imprensa, no rádio e na tv vinculadas a jornais e meios de comunicação. A criação de normas e de expressões linguísticas estabeleceram uma perspectiva de igualdade, excluindo rótulos discriminatórios a pessoas que merecem toda dignidade e respeito.

Todo tipo de preconceito deve ser combatido, para isso devemos evitar expressões preconceituosas, ofensivas para com indivíduos ou grupos que possam representar uma violação à igualdade entre os cidadãos, valor fundamental da constituição. No Senado Federal, uma casa de debates políticos, existem discussões sobre a redução de desigualdades e de combate a preconceitos associados a grupos em desvantagens ou ideias contra hegemônicas. Declarações relacionadas a deficiências, incapacidades ou quadros patológicos devem ser feitas em contexto e sem o tom de piedade, pois a pessoa com deficiência também tem nome, sobrenome e uma dignidade a ser respeitada.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretária de Direitos Humanos. Cartilha do politicamente correto em direitos humanos. Brasília, 2005.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

CABRAL, Nara Lyra Simões Caetano. Mídia, controle discursivo e liberdade de expressão: o politicamente correto como princípio regulador. *In*: SOUSA, Helena *et al.* (ed.). **Media policy and regulation**: activating voices, illuminating silences. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2013. p. 80-96.

CABRERA, Miriam Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação.** 2012. 113 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

CAMPBELL, Donald Grant; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; NASCIMENTO, Francisco Arrais. The terminological polyhedron in LGBTQ terminology: self-naming as a power to empower in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 44, n. 8, p. 586-591, 2017.

CAPURRO, Rafael. Contribuciones a una ética de la información. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOÉTICA Y EUROPEAN NETWORK FOR APPLIED ETHICS, 2., 2002, Barcelona. **Anais Eletrônicos** [...]. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2002. Disponíveis em: <http://www.capurro.de/eticainf.ppt>. Acesso em: 1 set. 2018.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de linguística para estudos de indexação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 5-22, 1983.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Isto não é censura: a construção de um conceito e de um objeto de estudo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...]. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-3448-1.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2021.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Etnomialogia e a interface com o politicamente correto. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-18, 30 jun. 2012.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Linguagem-Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem**, São Paulo, v. 1, p. 1-4, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr. 2013.

GRANT, Ruth W.; ORR, Marion. Language, race and politics: from 'Black' to 'African-American.' **Politics and Society**, Califórnia, v. 24, p. 137-152, 1996.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (O.R.C.). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais Eletrônicos** [...]. Marília: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.portalppgci.marilia.unesp.br/enancib/viewpaper.php?id=265>. Acesso em: 1 set. 2018.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de

valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 124-135, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto; PINHO, Fabio Assis; MILANI, Suellen Oliveira; FERNÁNDEZ-MOLINA, Juan Carlos. Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-152, 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; CAMPBELL, D. Grant; NASCIMENTO, Francisco Arrais. Knowledge organization and the power to name: LGBTQ terminology and the polyhedron of empowerment. **NASKO**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 67-73, 2017. Disponível em: <http://journals.lib.washington.edu/index.php/nasko/article/view/15147>. Acesso em: 2 set. 2021.

JEWELL, K. Sue. Will the real black, afro-american, mixed, colored, negro please stand up?: impact of the black social movement, twenty years later. **Journal of Black Studies**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 57-75, 1985.

MILANI, Suellen Oliveira; PINHO, Fabio Assis. Knowledge representation and orthophemism: a reflection aiming to a concept. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 39, p. 384-393, 2012.

NEVES, Dulce Amélia de Brito. Representação temática da informação e mapas cognitivos: interações possíveis. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 22, Número Especial, p. 39-47, 2012.

OLSON, Hope A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic, 2002.

ORLANDI, Eni P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

PINHO, Fabio Assis; MILANI, Suellen Oliveira. Metáfora e ortofemismo na representação de assunto. In: DODEBEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. (org.). **Complexidade e organização do conhecimento**: desafios de nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. p. 246-251.

PINHO, Fábio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

PINHO, Fabio Assis. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentárias. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 117-143, maio/ago., 2017.

POSSENTI, Sírio. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 123-140, 1995.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **A sociedade contra o social**: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Discursos circulantes no debate público sobre a categoria “Politicamente Correto”: argumentos em disputa. **Parágrafo: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 146-155, 2016a.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Relações interdiscursivas no debate público sobre o “Politicamente Correto”: um olhar a partir de matérias jornalísticas da Folha de São Paulo. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 21., 2016b, Salto, SP. **Anais Eletrônicos** [...]. Salto, SP: CEUNSP, 2016b. p. 1-15. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-1056-1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SOARES, Luiz Eduardo. Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso. *In*: PINTO, Paulo Roberto Margutti (org.). **Filosofia analítica, pragmatismo e ciência**. Belo Horizonte: UFMG Editora, 1998. p. 217-238.

VALLE, Carlos Guilherme do. Identidades, doença e organização social: um estudo das "Pessoas Vivendo com HIV e AIDS". **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 179-210, 2002.

PINTO MOLINA, María. **El resumen documental**: principios e métodos. Madrid; Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Mahalldrid: Pirâmide, 1992.